

8

Da possibilidade das ciências sociais em África

Carlos Cardoso

Introdução

Nas duas últimas décadas não têm faltado vozes a reclamar um lugar para as ciências sociais e os Estudos Africanos no concerto das epistemologias contemporâneas. Tal reivindicação parte do pressuposto de que no contexto da globalização, sobretudo no do pós-Guerra Fria, enquanto no plano político-ideológico se tem tentado impor um pensamento único, o campo científico tem-se pautado por paradigmas ditados pelas ciências sociais ocidentais. Ao iniciar esta comunicação, a pergunta que nos podemos colocar é se uma tal asserção corresponde à verdade. Se sim, quais são as razões que explicam este estado de coisas? Será possível alterar o *status quo*? Se sim, em que condições se fará uma tal inversão? Resumindo: o que tem corrido mal na prática das ciências sociais no continente para que África, também neste domínio, continue a ocupar um lugar subalterno?

Nesta comunicação, parte-se do princípio de que algo vai mal nas ciências sociais em África, e que este mal tem razões históricas profundas que importa lembrar. Defendemos que, ao mesmo tempo que se reclama um lugar para as ciências sociais praticadas em África, devemos voltar os olhares para as condições de produção científica existentes no continente. A comunicação incidirá sobre esta segunda dimensão, tentando mostrar que uma coisa é reconhecer a indispensabilidade de uma epistemologia alternativa e outra é criar as condições da produção da mesma, sendo, por isso, a questão maior a de saber como produzir esta epistemologia. Tentaremos ressaltar que a produção de uma epistemologia alternativa só ganha sentido quando for capaz de se integrar numa 'episteme' socialmente reconhecida e consequentemente pertinente, que seja

portadora de um potencial de transformação social susceptível de se traduzir num projecto emancipador.

A contribuição tentará demonstrar que a violência tem sido um dos empecilhos à afirmação de uma epistemologia alternativa, violência que, no contexto colonial, se traduziu na repressão de todas as formas de conhecimento endógenas que não fossem informadas pelas matrizes coloniais, e que, por isso, foram relegadas para o ‘universo das crenças e dos comportamentos incompreensíveis’, constituindo-se assim num mundo transcendental às categorias do verdadeiro e do falso (Santos & Meneses 2009).

Enquanto as sociedades e as elites africanas se batem para desconstruir os paradigmas coloniais, têm sido as próprias estruturas e elites políticas pós-coloniais a desenvolverem um certo tipo de violência face às potencialidades de uma epistemologia alternativa, levando a que, em casos extremos, a violência política tenda a destruir as bases culturais e materiais da produção dessa epistemologia alternativa.

Outrossim, a comunicação tentará evidenciar o facto de que o reconhecimento da falta de condições de produção de uma epistemologia alternativa é uma condição *sine qua non* para o início da luta pela sua efectivação. A tese principal é a de que estamos longe de atingir o estádio de produção de um pensamento próprio, fundamento de uma epistemologia alternativa e libertadora, e um processo autónomo e auto-confiante de produção e de capitalização de conhecimentos que nos permita responder às nossas próprias questões e ir ao encontro das necessidades tanto intelectuais como materiais das sociedades africanas.

Precisa a África de uma ruptura epistemológica?

Afirmar que África precisa de uma ruptura epistemológica constitui hoje em dia um lugar-comum. Demonstrar que esta ruptura é necessária não constitui contudo tarefa fácil. Há pelo menos três décadas que renomados cientistas sociais africanos, e não só, têm insistido nesse ponto. Bates, Mudimbe & O’Barr (1993), Mazrui (1992) e Diagne (1992) compilaram artigos tratando da contribuição da investigação africana para as ciências sociais e humanas. Estes artigos demonstram como o estudo das sociedades africanas permitiu uma melhor compreensão de África, pondo em causa a epistemologia ocidental.

Há pelo menos duas razões que explicam a necessidade de uma ruptura epistemológica, razões que são próximas uma da outra, mas remetem para referenciais de natureza completamente diferentes. A primeira tem a ver com uma razão de ordem externa à evolução do saber científico, ligada à evolução da história na sua vertente fenomenológica. A outra é de ordem epistemológica e remete para a própria dinâmica do processo de conhecimento. Escusado será dizer que estes dois aspectos estão intimamente ligados.

Relativamente à primeira razão, basta referir que a sequência da conquista das independências políticas pelos novos Estados, a partir da Segunda Guerra Mundial e do surgimento do chamado Terceiro Mundo, não fazia mais sentido que estes continuassem ligados às ex-metrópoles do ponto de vista de definição das políticas culturais e científicas. Era preciso, nestas áreas, tirar as consequências de uma separação política. O investimento dos novos Estados africanos num sistema de ensino relativamente independente pode ser interpretado como um sinal dessa vontade. Com efeito, foi só depois da Segunda Guerra Mundial que os centros universitários de Kampala, Acra, Dacar e Ibadan foram criados, juntamente com novas instalações em Argel, Cairo e Cartum, sendo que estas foram as instituições de ensino superior mais notáveis criadas durante o período avançado do colonialismo. Assim sendo, seria correcto dizer que universidades modernas e centros de pesquisa avançada eram uma raridade durante a fase colonial na história africana. Foi só depois da derrota do colonialismo que o número de universidades aumentou de forma dramática, transformando, assim, a paisagem do ensino superior no continente. Não foram poucos os estudiosos que analisaram esta história do ensino superior africano e que concluíram que as universidades modernas são uma criação do período pós-colonial, um produto do projecto nacionalista de construção nacional e de desenvolvimento que dominou a agenda africana no período depois dos finais dos anos 1950.

Os cursos oferecidos pelas universidades abrangiam todos os campos da ciência, reflectindo as grandes ambições do desenvolvimento pós-colonial, que foram amplamente partilhadas e capitalizadas para a esfera social, e com base nas quais a população foi mobilizada para a independência. As universidades, fundadas e financiadas como instituições públicas, foram também aproveitadas para servir um objectivo público no projecto de desenvolvimento evolutivo no período pós independência. Um grupo central de universidades – como Maquerere, Dar-es-Salaam, Dakar, Fourah Bay, Ibadan, Legon, Cartum, Cairo, Argel, e Ahmadu Bello em Zaria – desempenharam papéis importantes a nível regional, servindo de *melting pot* do Pan-Africanismo e do internacionalismo, atraindo estudantes e estudiosos em todas as sub-regiões onde estavam localizadas, assim como da diáspora africana e do resto do mundo. O ideal que norteou a sua fundação foi o de serem centros internacionais de excelência fortemente enraizados nas aspirações à liberdade e ao progresso dos povos de África; os seus lemas foram invariavelmente estabelecidos para reflectirem esta ambição e as políticas de recrutamento do seu pessoal e dos estudantes, prosseguidas durante os primeiros anos; visavam equilibrar a abertura ao mundo com o fomento de uma academia local que foi trabalhada no seu interior para constituir uma comunidade e com os seus pares em outras partes do mundo (Codesria s/d).

No que diz respeito à segunda razão, importa começar por dizer que não se trata de inventar uma outra ciência para a África, mas de instituir uma outra

prática científica. Uma ruptura epistemológica não significa fechamento e autarcia estéreis do pensamento, mas reivindicação de um outro ponto de partida e por um outro sujeito que assume uma alternativa.

As ciências sociais, tal como foram concebidas no Ocidente e introduzidas em África, rejeitaram a interpretação da África enquanto continente civilizado, sobretudo a de um sujeito capaz de pensamento autónomo. A construção do conceito e sua aplicação no continente estavam impregnadas do discurso racial colonial de ‘alteridade’. Nesta conceptualização, domínios como a arte, a música, a religião, a educação, a história, a filosofia, as línguas e as ideologias foram completamente excluídos porque não correspondiam à grelha antropológica ocidental. E tudo o que não correspondia a esta grelha era considerado bárbaro, selvagem, primitivo e, na melhor das hipóteses, tradicional. Este discurso serviu ao mesmo tempo para justificar a escravatura e o colonialismo. A pretensa superioridade técnica e científica da Europa de então serviu para justificar a dominação política e económica. Sob uma pretensa racionalidade económica, que, por sua vez, se baseava em critérios científicos, povos inteiros foram submetidos às mais cruéis formas de dominação (Santos & Meneses 2009).

Ao procurar os argumentos que podiam justificar a necessidade de uma ruptura epistemológica, fomos confrontados com parte das discussões havidas no seio da Escola de Frankfurt, que remetem para um debate idêntico àquele que nos ocupa presentemente, e que nos podem servir de inspiração no aprofundamento da análise. No seu interessante artigo sobre Técnica e Ciência como ‘Ideologia’, contendo um confronto com a tese desenvolvida por Herbert Marcuse, *a força libertadora da tecnologia*, Juergen Habermas chama a atenção para um debate entre Herbert Marcuse e Max Weber sobre a questão da racionalidade, em que o primeiro tentou demonstrar que o conceito formal da racionalidade, que Max Weber extraiu da acção racional do empresário capitalista e do trabalhador industrial e associou a critérios da ciência e da técnica, tem implicações determinadas com conteúdo próprio. Marcuse está convencido de que, naquilo que Max Weber chamou de ‘racionalização’, não se implanta a ‘racionalidade’ como tal, mas, em nome da racionalidade, uma forma determinada de dominação política oculta.

A conclusão a que chega Marcuse na sua crítica a Max Weber é que ‘o conceito de razão técnica é talvez também em si mesmo ideologia. Não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre o homem e sobre a natureza)’. Marcuse está convencido de que determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas ‘posteriormente’ e a partir de fora – inserem-se já na própria construção do aparelho técnico; a técnica é, em cada caso, um projecto histórico-social; nele se projecta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas (Habermas 2006: 46/47).

É aqui que intervém Habermas para defender que o progresso técnico-científico submetido a controlo tornou-se o fundamento da legitimação que esta nova forma de legitimação perdeu, sem dúvida a velha forma de *ideologia*. Habermas acrescenta que a consciência tecnocrática é, por um lado, ‘menos ideológica’ do que todas as ideologias precedentes, pois não tem o poder opaco de uma ofuscação que apenas sugere falsamente a realização dos interesses. Por outro lado, a ideologia de fundo, um tanto vítrea, hoje dominante, que faz da ciência um feitiço, é mais irresistível e de maior alcance do que as ideologias de tipo antigo, já que com a dissimulação das questões não justifica o interesse parcial de dominação de uma *determinada classe* e reprime a necessidade parcial de emancipação por parte de *outra classe*, mas também afecta o interesse emancipador como tal do género humano. A situação descrita por Habermas não está longe do que os colonizadores tentaram fazer com os povos colonizados, isto é, escudar-se atrás da técnica para justificar as arbitrariedades e barbaridades de uma civilização supostamente mais avançada do que a dos povos africanos.

Habermas tem razão ao dizer que se o fenómeno a que Marcuse liga a sua análise de sociedade, a saber, a *peculiar fusão de técnica e dominação*, de racionalidade e opressão, não pudesse interpretar-se de outro modo a não ser supondo que no *a priori* material da ciência e da técnica se oculta um projecto de mundo determinado por interesses de classe e pela situação histórica, um “projecto”, como diz Marcuse, então não poderia pensar-se uma emancipação sem uma revolução prévia da própria ciência e técnica. Marcuse está convencido de que a hierarquia racional funde-se com a social, e, nesta situação, uma mudança na direcção do progresso que conseguisse romper este vínculo fatal influenciaria também a própria estrutura da ciência – o projecto da ciência. Sem perder o seu carácter racional, as suas hipóteses desenvolver-se-iam num contexto experimental essencialmente diverso (no de um mundo libertado); a ciência chegaria, por conseguinte, a *conceitos* sobre a natureza *essencialmente distintos*, e estabeleceria *factos essencialmente diferentes*” (Habermas 2006:51). O autor fornece-nos um argumentário que podia inspirar uma agenda libertadora dos povos oprimidos pela ‘civilização’ colonial.

Enquanto os novos Estados se batiam pela libertação das sequelas do colonialismo, na África pós-colonial transitou-se do discurso civilizador para o discurso desenvolvimentista. As ciências sociais ocidentais passaram da missão de civilizar a África para a missão de desenvolver a África. As teorias de modernização, em voga na altura do pós-guerra, presumiam que desenvolvimento era o que o Ocidente tinha e faltava aos países ditos subdesenvolvidos, e que desenvolvimento era um processo histórico linear. Nesta perspectiva, o desenvolvimento é concebido como o processo de ‘recuperação’ (*rattrapage*) de África em relação ao Ocidente, um processo linear de transição das sociedades pré-históricas para as sociedades capitalistas modernas, e não como o aumento

sistemático da capacidade do homem de dominar (*maitriser*) o seu meio ambiente, de satisfazer as suas necessidades e de realizar o seu potencial. Para se tornar civilizada, a África devia seguir o modelo de desenvolvimento europeu. A ideia de progresso social é confundida com a de desenvolvimento.

Segundo os defensores desta nova colonização, a aplicação de uma estratégia correcta traria o mundo ‘subdesenvolvido’ ao estágio de desenvolvimento de que beneficiava o Ocidente. A tarefa das ciências sociais consistiria, assim, em ajudar a encontrar essa tal perspectiva correcta. A função das ciências sociais modernas – positivista, behaviorista, universalista – tal como foram inventadas no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, poderia ser transplantada para as lideranças político-intelectuais das novas nações. Francis X. Sutton captou bem esse embaraço quando escreve:

Confidence that the affairs of nations can be controlled and steered briskly toward better futures has been badly shaken. The positivistic faith that the human troubles and imperfections are mere “problems” that have solutions based on scientific inquiry and rational action has receded, and we now – in doubt and disquiet – ponder what we can and cannot do. The times challenge us to fresh inspections of the relations of action, inquiry, and ideology. (Sutton 1982:49-57).

A história encarregou-se de pôr em causa estas convicções. Ela foi ajudada nesta tarefa pelas questões que a própria pesquisa praticada no Terceiro Mundo começou a colocar: dependência da América Latina, autenticidade e indigenização da África e Ásia, e mais recentemente a exigência de umas ciências sociais ‘home-grown’ na China. A ciência social ocidental não só nos proporcionou uma representação errónea de África como se abstraiu das pesquisas praticadas em ciências sociais em África.

Por isso, após a conquista das independências, longe de ser independente, o pensamento intelectual e a produção de conhecimento em África evoluíram durante muito tempo dentro de um quadro emprestado e de dominação que colocou constrangimentos sérios ao avanço das próprias ciências sociais no continente.

Enquanto isso, e para usarmos a expressão de Bachelard, em África vivemos ‘tempos novos’, os tempos em que progressos científicos *rebentam* por toda a parte, fazendo necessariamente ‘rebentar’ a epistemologia tradicional (Bachelard 2006: 193). Tal como nos ensina Bachelard, no trabalho científico não só proliferam as dialécticas como se alargam os campos de contradição possíveis, e com elas a nossa época fica marcada por instantes privilegiados de descontinuidade.

Ao indagarmo-nos sobre a necessidade/possibilidade de uma ruptura epistemológica temos que nos colocar a pergunta se temos modelos socioculturais que podem ajudar a explicar as dinâmicas de processos entrelaçados de mudança pelas quais as nossas sociedades estão a passar. Será que dispomos de quadros teóricos adequados capazes de ligar as diferenças no tempo e grau destas mudanças

históricas em vários lugares do continente e capazes de acomodar racionalmente a variedade das diferentes culturas que resistem, de uma forma ou outra, ao impacto homogeneizador do sistema de comunicação, de transporte, de energia e de produção essencialmente produzidos no Ocidente?

Colocamos estas questões, partindo do princípio de que cada cultura, cada povo, são guiados por sua própria interpretação do último sentido da existência humana, e a tradução deste sentido em organização da sociedade. Cada povo é movido por aspirações próprias e pelas dinâmicas da sua própria configuração de forças sociais que, por sua vez, são influenciadas pelas condições históricas. Cada cultura tenta enfrentar, nos termos que lhe são próprios, com a ciência e a tecnologia que lhe são acessíveis, com a interdependência que lhe é imposta e com a identidade cultural que lhe é peculiar, os inúmeros desafios que a contemporaneidade lhe coloca.

Do que ficou dito acima decorre a necessidade de reinterpretar a África no quadro de uma epistemologia descolonizada, e a reorganização de instrumentos analíticos utilizados nas diferentes disciplinas das ciências sociais praticadas no continente.

Em que condições são praticadas as ciências sociais em África?

Sem negar a possibilidade de produção de conhecimento fora do espaço universitário e académico, as universidades são o lugar privilegiado de realização da investigação científica de uma forma geral, e das ciências sociais em particular. Através da produção de pessoal de alto nível, através da geração de conhecimentos pela pesquisa e através do fornecimento de serviços à comunidade, as universidades constituem instrumentos-chave para a promoção das ciências, da tecnologia e da cultura. Na maioria dos casos, é das condições oferecidas pelas instituições de ensino superior que depende em grande medida a produção de conhecimentos e das ciências sociais no continente. Daí a atenção particular que instituições como o CODESRIA têm dedicado à situação das universidades enquanto locais de acolhimento do labor sócio-científico.

Certamente que este não é o lugar apropriado para fazer o historial das universidades africanas. Contudo, importa sublinhar que muitas das universidades africanas nasceram ainda na época colonial enquanto “colégios de universidades”, cuja função era formar um pessoal principalmente destinado ao sector público. Inevitavelmente, estes colégios estavam ligados às universidades na Europa, e tornaram-se, depois das independências, universidades cujas ligações com as universidades ultramarinas foram mantidas. Assim, elas tornaram-se um estereótipo das universidades europeias, uma ramificação de uma instituição ao serviço de uma sociedade ocidental que apresentava um quadro económico, social e cultural totalmente diferente do de África (CODESRIA s/d).

Os primeiros anos que se seguiram à independência foram marcados por um considerável investimento por parte das novas lideranças na educação de uma forma geral, e no ensino superior em particular. Como disse Issa Shivji, ‘através da universidade afirmávamos o nosso direito a pensar, o fundamento do direito à autodeterminação’ (Shivji 2005:3). As autoridades políticas tiveram uma abordagem um tanto ou quanto utilitarista da universidade, vendo-a em primeiro lugar como uma avenida para a produção em massa de recursos humanos de alto nível para a urgente tarefa de desenvolvimento nacional. Mas elas eram universidades que correspondiam aos sonhos dos africanos.

Porém, uma série de questões se nos levantam. Devem as universidades africanas continuar a ser concebidas numa perspectiva estritamente utilitarista? Não deverá a universidade continuar a ser um espaço de promoção de um pensamento crítico, laico, de exercício de liberdade académica e de autonomia institucional? Ou deve ela compor-se com a prática da religião, com interesses políticos?

Independentemente do tipo de resposta que queiramos dar a estas perguntas, importa realçar que a visão da universidade africana, tal como ela foi formulada pelos fundadores da Associação de Universidades Africanas, como uma universidade de (para o) desenvolvimento, precisa de ser re-examinada de forma a tomar em consideração a dinâmica do processo de desenvolvimento (Ndri 2006). Uma vez concebida como uma estrutura dinâmica, a universidade deve adaptar-se continuamente às condições locais e globais, de forma a poder perseguir a sua missão face à nova visão, com sensibilidade em relação às exigências de cada era.

Este espírito inovador é necessário quanto é sabido que, apesar do potencial e da realização da primeira geração de universidades, especialmente o pequeno grupo que teve um papel importante a nível regional, o seu exemplo não foi sustentado ao longo do tempo e nem reproduzido de forma ampla pelo continente durante o período que se seguiu aos finais dos anos 60. Pelo contrário, ao longo dos anos 70, os constrangimentos financeiros e a deterioração do clima político nacional verificados num número crescente de países africanos tiveram efeitos adversos nas universidades, e a consequência foi que elas gradualmente se fecharam em si próprias tornando-se quase provinciais, e até mesmo paroquianas. Esse paroquialismo intensificou-se na mesma linha, senão na mesma proporção, que a velocidade de enfraquecimento verificado no ambiente do ensino e da pesquisa, uma deterioração que incluiu o colapso do sistema de grupos de discussão e seminários, a erosão da base de financiamento da pesquisa, a decomposição de infra-estruturas físicas, o colapso de bibliotecas, a fuga de cérebros, a recessão na vida associativa, o comprometimento inevitável do sistema de revisão de pares, o aumento da violência nos “campus” universitários, o declínio do sentido de comunidade nas universidades, a queda nas taxas de

mobilidade intelectual e, mais recentemente, a massificação de admissões e proliferação de programas segundo uma lógica comercial.¹

As universidades africanas são constituídas de muitos paradoxos. No que diz respeito, por exemplo, ao acesso, às normas da UNESCO, que normalmente resultam de um entendimento entre os Estados membros, exigem que a população estudantil corresponda a 10% da população. No entanto, no ano lectivo de 2008/2009, as universidades senegalesas fecharam as suas portas a 5.100 novos estudantes. Apesar de África ter registado a taxa de crescimento mais rápida em termos de crescimento da população estudantil (8,3%), o ratio do número de estudantes versus número de população continua a ser dos mais baixos no mundo. Em média, África vem muito atrás de todos os outros continentes em termos de número de estudantes inscritos no ensino superior. Por 100.000 habitantes, ele varia, em 1996, entre 1854 no Egipto e 40 em Moçambique, situando-se a média africana à volta de 500. Na Europa, ele varia entre 4454 em Espanha e 1087 na Albânia (UNESCO 2000). Em alguns países reputados por terem um ensino superior relativamente desenvolvido, como é o caso do Burkina Faso, esta taxa não ultrapassa os 2%.

Certas universidades carecem de pessoal docente para leccionar cursos criados pela própria instituição, mas estas mesmas instituições não conseguem recrutar mais docentes por falta de meios financeiros. Por exemplo, a Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar conta com um efectivo de 1.100 docentes para cerca de 60.000 estudantes, mas no ano lectivo de 2006-2007 a instituição não conseguiu assegurar como pessoal efectivo cerca de 5.000 doutorandos e jovens doutorados que leccionavam na instituição.

Um aspecto fundamental no desenvolvimento de qualquer universidade é a investigação científica. Constata-se que num bom número de universidades africanas a pesquisa é relegada para segundo plano. No segundo capítulo do seu livro sobre a epistemologia, Bachelard criticava uma situação de preguiça da Filosofia que espelha bem a actual situação das ciências e da investigação científica em geral, e das ciências sociais em particular. A pesquisa universitária continua a sofrer perante as urgências e uma concepção utilitarista da pesquisa. A esse propósito, Bachelard adverte que:

o esforço do saber parece maculado pelo utilitarismo; os conceitos científicos, apesar de tão bem harmonizados, são considerados apenas com o valor de utensílios. O homem de ciências, de pensamento tão obstinado e tão ardente, de pensamento tão vivo, é apresentado como um homem abstracto. Cada vez mais, todos os valores do homem estudioso, do homem engenhoso, são desacreditados. A ciência está reduzida a uma pequena aventura, uma aventura nos países quiméricos da teoria, nos labirintos tenebrosos de experiências factícias. Por um paradoxo inacreditável, a darmos ouvidos aos críticos da actividade científica, o estudo da natureza desviaria os sábios dos valores naturais, a organização racional das ideias prejudicaria a aquisição de novas ideias (Bachelard 2006:21).

Dados da Universidade Cheikh Anta Diop revelam que dos 1.100 docentes exercendo a sua actividade na instituição, apenas 22% publicam regularmente artigos científicos, apesar de a pesquisa constar das missões das seis faculdades, 117 laboratórios (60 na Faculdade de Medicina, 13 na Faculdade de Ciências, 9 no IFAN, 11 na Faculdade de Letras, etc.) e 13 grandes escolas de formação, 12 Institutos e centros de Pesquisa e 47 formações doutorais. Apenas 40% dos docentes investigadores publicam periodicamente e 35% deles não publica absolutamente nada. 75% das publicações são co-escritas com investigadores do Norte. 80% das publicações são feitas no exterior e 66% das aparições dizem respeito ao domínio da saúde. Os resultados destas pesquisas são pouco valorizados por falta de ligação entre a universidade e as empresas (*Wal Fadjiri* 29 de Junho de 2009, e *le Soleil* 8 de Agosto de 2009).

Embora variando de universidade para universidade, existe um grande desequilíbrio entre o investimento feito na investigação em ciências sociais e nas ciências naturais. Um estudo sobre 12 universidades africanas, concentradas sobretudo na África do Leste e Austral, revelou que cerca de 45% de todos os projectos de pesquisa nestas universidades eram feitos nos domínios de artes e ciências sociais, e que apenas 6% dos projectos estavam relacionadas com a engenharia (Mohammedbhai 1996:31). No entanto, sabe-se que os recursos disponibilizados para cada uma das áreas são desproporcionais, sendo os dedicados às ciências sociais geralmente muito mais limitados.

As condições da prática das ciências sociais em África são na maior parte dos casos muito precárias. Apesar de a sua prática exigir investimentos muito menos avultados do que as requeridas pelas ciências naturais, o seu adequado exercício não deixa de exigir determinadas condições, incluindo infra-estruturais. Ora, além das condições que caracterizam as universidades africanas e que foram referidas atrás, a prática das ciências sociais em África sofre de constrangimentos significativos que acabam por afectar o seu cabal desenvolvimento.

As faculdades de Letras e Ciências Humanas em muitas universidades são consideradas 'o lixo' da universidade. Na Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar a Faculdade de Letras absorve cerca de 50% do efectivo de estudantes matriculados (*Wal Fadjiri* 25 de Junho de 2009). Num contexto de escassez de infra-estruturas adequadas, elas são as primeiras a sofrer, implicando, entre outros efeitos, que as aulas decorram em condições extremamente precárias. A ausência ou carência de revistas científicas nas bibliotecas que se pretendem especializadas dificulta o acompanhamento dos debates e das 'descobertas' em certas disciplinas, ao mesmo tempo que torna quase impossível a participação dos investigadores africanos nestes debates. A falta de publicações científicas próprias torna a situação ainda mais dramática. O nível de pesquisa académica em África permanece fraco em parte devido à ausência de espaços de divulgação e disseminação dos resultados de pesquisa. Em 1995, a região era responsável por apenas 5.839

comunicações (*papers*) publicadas. O Sudeste asiático produzia 15.995 comunicações e a América Latina e as Caraíbas produziavam 14.426 (Ndri 2006:10).

O acesso à Internet e a possibilidade de consultas em linha têm contribuído para minorar este mal, mas a uma escala ainda muito reduzida comparativamente às necessidades existentes. O apetrechamento das salas de estudo com material informático com acesso à Internet continua a ser um luxo ao qual muitas universidades não se podem permitir.

A proliferação de universidades privadas no continente não tem contribuído para melhorar a situação. Em muitos casos, pelo contrário, esta dinâmica contribuiu para agravá-la. Geralmente, as universidades privadas cuidam mais da transmissão de conhecimento do que da sua produção através de projectos de investigação. Consideradas outrora locais de excelência, as universidades correm o risco de se transformarem em meros locais de transmissão de conhecimentos. Embora as principais universidades africanas continuem a ser instituições de carácter público, não há dúvida de que o surgimento de instituições de ensino superior privadas, sejam elas religiosas ou laicas, mudaram a paisagem do sistema de ensino superior em África. Este desenvolvimento, que em si representa também uma resposta à crise no sistema de ensino superior público, tem suscitado um vivo debate sobre a função e a missão destas instituições, nomeadamente sobre a questão do acesso popular à formação universitária e do futuro do ensino superior enquanto bem público.

De igual interesse é a introdução, nos sistemas universitários público e privado, de uma forte e frequentemente ilimitada lógica comercial/de mercado, não só na prestação de alguns serviços mas, mais preocupante ainda, também na concepção de currículos e módulos de ensino. A produção de conhecimento enquanto tal está a ser cada vez mais negligenciada em favor de uma noção de universidade como centro de formação estritamente ligado às necessidades do mercado. O mais preocupante ainda é que isto acontece num período em que uma cultura de consultorias tende a sobrepor-se à cultura de pesquisa e de participação em actividades científicas locais, regionais e internacionais.

O debate sobre a relação entre o público e o privado no ensino superior foi magistralmente captado por Mahmood Mamdani no seu recente livro *Scholars in the Marketplace*. Nesta obra, Mamdani lembra-nos que mais do que opor antagonisticamente o público ao privado ou o Estado ao mercado, importa compreender a relação entre estes dois tipos de instituições de ensino superior que povoam o campo académico africano. Neste contexto, torna-se relevante procurar saber quem determina os termos desta relação, e quem define os objectivos. Segundo Mamdani, podemos identificar dois tipos diferentes de relação entre o público e o privado na organização do ensino superior. Na versão *soft* que ele qualifica de *privatização limitada*, as prioridades são fixadas pela esfera pública. Na versão *hard* desta relação, que ele qualifica de *comercialização*, é o mercado

que define as prioridades no funcionamento de uma universidade pública. Se a *privatização limitada* resume uma relação na qual o público (incluindo o Estado) lidera o privado (incluindo o mercado), a *comercialização* inverte os termos num arranjo em que o privado lidera o público. A diferença é esta: *privatização limitada* é a apropriação crítica do mercado para fins públicos, enquanto *comercialização* é a subversão das instituições públicas para fins privados (Mamdani 2007).

Ao debruçarmo-nos sobre as condições materiais e institucionais de produção de conhecimentos, não estamos a sugerir que as ciências sociais só são possíveis em contextos de excelentes condições infra-estruturais, mas sim chamar a atenção para a necessidade de se olhar para os obstáculos materiais, institucionais e políticos que dificultam ou impedem a ruptura epistemológica de se concretizar. Pensamos, aliás, que é possível produzir ciências sociais em condições materiais e institucionais difíceis ou até mesmo deploráveis. O que estamos a querer dizer é que, estruturalmente falando, para que as ciências sociais se possam desenvolver verdadeiramente e de uma forma sustentável, são necessárias certas condições, de entre as quais condições infra-estruturais, muitas vezes negligenciadas nos debates sobre os desafios que as ciências sociais enfrentam em África. Afora estas condições materiais, são necessárias condições institucionais sem as quais se torna difícil a concretização de qualquer projecto de produção de uma epistemologia alternativa. Como nos lembram certos autores, “os juízos epistemológicos sobre a ciência não podem ser feitos sem tomar em conta a institucionalidade que se constituiu com base nela” (Santos & Menezes, 2009:11), isto é, sem um vasto aparato institucional (universidades, centros de investigação, sistema de peritos). O mais importante ainda, lembram-nos estes autores, foi o facto de se ter feito abstracção desta dimensão institucional que fez com que o conhecimento científico tenha podido ocultar o contexto sociopolítico da sua produção subjacente à universalidade descontextualizada da sua pretensão de validade (Santos & Menezes, 2009).

A institucionalização de espaços científicos nacionais, regionais e, mesmo, à escala do continente, parece ser um desses aspectos essenciais. O apelo da terceira conferência bianual 'Knowledge management in Africa' (KMA), que teve lugar em Abril de 2009 em Dacar, no sentido da institucionalização deste tipo de espaço a nível regional, parece reflectir isso mesmo. Estes espaços podem contribuir para reforçar o pluralismo na prática das ciências sociais. A comunicação entre as várias ideologias e escolas de pensamento, com as suas diferentes perspectivas, é uma condição essencial do desenvolvimento das ciências sociais. Só ela permite promover o tão desejado diálogo inter-paradigmático. É também este tipo de diálogo que permite dar-mo-nos conta da necessidade de ligar a análise dos problemas às preocupações éticas do nosso tempo.

O ambiente sociopolítico susceptível de influenciar a prática das ciências sociais melhorou consideravelmente nas últimas três décadas. A liberdade de expressão

é hoje uma realidade palpável na maior parte dos países africanos. Em termos globais, as universidades gozam de uma relativa autonomia e a liberdade académica, apesar de ainda conhecer restrições pontuais, faz parte da realidade vivida na maior parte das instituições de ensino superior.

Contudo, apesar desta evolução globalmente positiva, continuam a colocar-se restrições sérias ao livre exercício do *metier* do cientista social. Para além das restrições financeiras impostas pela ausência de um engajamento consequente por parte do Estado, a prática das ciências sociais, sobretudo em certas disciplinas como a sociologia e a ciência política, e à qual fizemos alusão atrás, ainda é vista com alguma desconfiança, se não mesmo com menosprezo, pelo facto de ser capaz de questionar o poder instituído ou, segundo o julgamento deste, não contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país. Não são raros os casos em que altos dirigentes de Estado se referem às ciências sociais em termos depreciativos, com o argumento de que elas constituem um luxo para países que se debatem com insuficiência de recursos financeiros, como é o caso de muitos países africanos ao Sul do Sahara.

A dificuldade do exercício do *metier* de cientista social assume proporções dramáticas em situações de instabilidade política crónica ou conflito armado. Situações destas não são raras no continente africano. Num tal contexto, o que verificamos é um bloqueio total da possibilidade de exercício, quer pela dificuldade de movimentação dentro do território onde tem lugar o conflito, quer pela total incapacidade de se escapar à perseguição do diálogo das armas. Escusado será dizer que em situações idênticas, o funcionamento das instituições torna-se uma miragem. Nestas circunstâncias, torna-se judicioso dizer que a violência exercida pelo colonialismo face às ciências sociais, que no contexto colonial se traduziu na repressão de todas as formas de conhecimento endógenas que não fossem informadas pelas matrizes coloniais, é substituída por um novo tipo de violência, desejada ou não, protagonizada pelas novas elites africanas no poder. A intencionalidade imanente a cada um destes tipos de violência pode fazer a diferença, mas o efeito perverso induzido permite no mínimo uma comparação entre eles.

Marks (2000) dá-nos quatro razões para ensinar as ciências sociais nas universidades sul-africanas, que podem ser generalizadas para o resto do continente não só no que toca ao ensino em si, mas igualmente no que diz respeito à própria prática das ciências sociais. A primeira é para refutar os mitos criados pela conceptualização ocidental da África; a segunda, para reinterpretar a história em África de uma maneira não-essencializante; a terceira, para estudar as ciências sociais de uma maneira que não oponha as ciências naturais às ciências sociais como se fossem diametralmente opostas; e a quarta, enfim, para nos darmos conta que o estudo da África desestabilizou os instrumentos conceptuais ocidentais e apelou à re-conceptualização da pesquisa, tanto africana como ocidental, no

domínio das ciências sociais. A estas quatro razões acrescentaríamos uma, que consiste na necessidade de fazer das ciências sociais um instrumento de transformação das sociedades africanas, sem as limitar a uma dimensão instrumental, mas fazendo delas parte integrante de um projecto emancipador, que para o ser precisa de se afirmar como uma epistemologia alternativa. Como foi referido na introdução, para que as ciências sociais se possam afirmar como uma epistemologia alternativa torna-se necessário que elas sejam não só socialmente relevantes, mas que joguem um papel revolucionário/transformador no que respeita às condições da sua própria produção.

O dramático, porém, é que muitas das iniciativas com vista à melhoria das condições de produção do conhecimento científico, condição *sine qua non* para a produção de uma epistemologia alternativa, continuam a estar ligadas ou são globalmente controladas pelo Norte. Um exemplo é a Iniciativa Think Thank (TT) financiada pelo CRDI e pelas Fundações americanas William e Flora Hewlett e Bill e Melinda Gates. Outro exemplo é a Iniciativa África/EUA para o desenvolvimento do Ensino Superior em África, financiada pelo Departamento de Estado norte-americano, e que existe desde 2008. Fica, assim, a sensação de nos encontrarmos num beco sem saída. Será assim? Estará tudo perdido para as ciências sociais em África?

Quais são as condições de progresso das ciências sociais e de produção de uma epistemologia alternativa em África?

O afro-pessimismo tem alimentado muitas controvérsias sobre as possibilidades de desenvolvimento em África. Os defensores desta visão preferem realçar três males de que padece o continente, e que quanto a eles inviabilizam qualquer representação positiva do seu desenvolvimento futuro, nomeadamente as guerras, as epidemias e as crises de fome. Prisioneiros desta visão, os afro-pessimistas não auguram um futuro promissor para o continente. Neste contexto, a pergunta que se pode colocar é: estará tudo perdido em África quanto ao seu desenvolvimento social e económico de uma forma geral, e ao desenvolvimento das ciências sociais em particular?

Certamente que não. Pesquisas recentes demonstraram que África não é redutível a calamidades e a epidemias; que é necessário ter uma visão mais realista de África, um continente antes de mais nada plural e cheio de contrastes; que, por exemplo, o Botswana, o país mais atingido pelo SIDA, é ao mesmo tempo o país que tem a melhor gestão dos rendimentos provenientes dos diamantes, apresentando um forte crescimento e pouca desigualdade social (Hugon, 2006). E embora se possam constatar problemas estruturais graves em termos de condições de produção de conhecimento, isso não é o mesmo que dizer que tudo está perdido. Não obstante a persistência de condições difíceis, registaram-se progressos significativos em algumas áreas de produção, difusão e valorização

do saber. O ensino das ciências sociais conseguiu estabelecer-se mais ou menos nas faculdades e instituições do ensino superior, mesmo se as condições continuam a ser precárias em muitas destas instituições.

O tempo em que o ensino das ciências sociais era proibido em algumas instituições de ensino superior em África faz parte do passado. Hoje, começa a surgir um problema novo que é dos constrangimentos impostos às ciências sociais pelo sobredimensionamento de disciplinas como *marketing* em detrimento de disciplinas como filosofia, história e humanidades, julgadas demasiado estereis do ponto de vista da ideologia neoliberal.

O número de associações profissionais, bem como de revistas dedicadas às ciências sociais, aumentou consideravelmente no continente, assim como o número de revistas especializadas em vários ramos do saber, quer em ciências sociais, quer em ciências naturais e médicas. No sentido de encorajar a inovação, África necessitaria de encorajar a constituição de redes de revistas publicadas no continente para disseminar conhecimento e os resultados de pesquisa, facilitar a aprendizagem política e o diálogo fundamentado, e encorajar investigadores emergentes a publicarem os seus trabalhos.

O mais importante é que algumas condições económicas dão a esperança de que a situação pode melhorar. Apesar de os meios de comunicação de massas transmitirem uma imagem catastrófica de África, estudos feitos por alguns economistas africanos (Mbaye 2009) apresentam o continente africano como “um novo El dorado”. Segundo este autor, a África pode vir a ajudar o mundo no plano económico, dado que ele terá sempre necessidade de “foyers” de desenvolvimento para servir de “locomotivas” de crescimento às suas actividades económicas. Os países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia, e mais particularmente a China) jogaram este papel nos últimos decénios. Mas os seus aparelhos produtivos, alimentados pelo uso significativo de energias poluentes, não se diferenciam em nada dos dos países ocidentais. Na nova divisão de trabalho que vai nascer da crise actual, é provável que, para limitar os prejuízos ambientais inerentes ao seu modelo de desenvolvimento, estes países venham a remodelar os seus aparelhos produtivos. A sua riqueza deverá provir cada vez mais das suas indústrias de serviços, de alta tecnologia e de produção de produtos de substituição das suas importações, e menos da exportação dos seus produtos manufacturados. Numa tal configuração, caberá a África transformar-se num potencial candidato para servir de “fábrica” e de motor da retoma mundial.

A edificação de África como novo motor económico pode fazer nascer milhões de empregos de que precisa o mundo nos próximos decénios, a fim de poder restaurar os seus equilíbrios. Estes objectivos podem constituir os fundamentos de uma nova parceria entre a União Africana, os Estados-membros e a comunidade internacional. O ambiente económico na região é favorável a esta revisão radical. As condições exigidas para uma industrialização florescente

e uma descolagem económica estão reunidas, a saber: um crescimento contínuo do PIB, baixo nível de endividamento, solvabilidade, taxas de lucro elevadas, segurança dos investimentos, mão-de-obra qualificada e abundância de fontes de energia renovável.

No que diz respeito, por exemplo, à mão-de-obra qualificada, segundo a Comissão Económica para África e a Organização Internacional das Migrações, 23.000 universitários e 50.000 quadros superiores e intermediários deixam anualmente o continente africano, enquanto 40.000 africanos titulares de um doutoramento vivem fora do continente. Dois terços dos estudantes ficam nos países de acolhimento após sua formação, por falta de perspectiva nos seus países de origem. Só o Senegal recenseou 1.500 universitários que ensinam em universidades pelo mundo inteiro, alguns em disciplinas de ponta como a Física Nuclear. Uma transformação radical nas condições de trabalho pode facilitar o regresso deste manancial de quadros qualificados ao continente. Várias organizações têm trabalhado nesse sentido, embora com sucessos limitados. Em 2008, a União Africana apresentou uma proposta ao secretariado da Conferência dos Ministros de Educação (COMEDAF), em Addis Abeba, para a criação de uma Universidade Pan-Africana (UPA), cuja ambição é restaurar a antiga glória das universidades do continente e instituir o modelo para uma pesquisa de excelência no continente. A universidade é vista pelos seus precursores como um meio para cortar com a dependência em relação às estratégias das agências internacionais que, segundo a proposta de base, “não partilham necessariamente a visão africana nem se preocupam em apoiar um genuíno renascimento africano”. Embora o projecto esteja ainda numa fase de discussão, havendo por conseguinte uma série de questões quanto à sua viabilidade, execução e sustentabilidade, iniciativas como estas não só revelam uma consciência da necessidade de mudança como configuram tentativas com vista a fazer sair o ensino superior da situação crítica em que se encontra.² Outrossim, esta iniciativa revela que para que estas condições ou potencialidades se transformem em algo de efectivo será necessária uma revolução social, cultural e educacional. “If Africa is to join the global knowledge community as an equal partner, it must revolutionise its research, education and training systems”, dizia Muchie (2010), especialista em inovação.

Cada vez mais os especialistas têm posto o acento tónico no trabalho em rede como forma de promover sinergias e economizar recursos, como estratégia alternativa a uma simples “bombagem” de recursos financeiros para instituições individuais. Segundo os mesmos especialistas, este procedimento melhoraria eventualmente o perfil de universidades singulares, mas contribuiria muito pouco para melhorar o sistema no seu todo. Em contrapartida, o trabalho em rede contribuiria para fazer circular conhecimento e encorajar a aprendizagem criativa entre investigadores e produtores de conhecimento. O acento tónico é posto na questão da qualidade, que deve passar por um sistema de acreditação comum

aos países africanos. Neste particular, as universidades dos países da África do Leste reavivaram a possibilidade de reconhecimento mútuo dos diplomas passados pelas universidades da região, abrindo, assim, caminho ao estabelecimento de um sistema universitário de acreditação válido para todos os países membros da União Africana. Em ambos os processos (trabalho em rede e acreditação), as universidades sul-africanas poderiam jogar um papel central devido ao elevado desempenho de muitas destas instituições, e devido ao facto de, cada vez mais, os estudantes em pós-graduação procurarem instituições de ensino superior sul-africanas para completarem a sua formação.

Algumas outras iniciativas dão conta que algo mais está a passar-se. Os membros da direcção do “Global Network for the Economics of Learning, Innovation and Competence Building Systems” (Globelics), por exemplo, estão a inspirar-se e a formar capacidades na área de pesquisa, convidando cientistas de outras regiões em desenvolvimento e renomados cientistas do Norte para interagir com os seus parceiros africanos. A “African Globelics Academy for Research, Innovation and Capability” (AGARIC) realizará a sua primeira escola doutoral em 2010. A Academia de Globelics concedeu bolsas para dez estudantes africanos a nível de doutoramento, permitindo-lhes a oportunidade de interagir com as mentes mais brilhantes do resto do mundo.

É notável o trabalho que o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais (CODESRIA) tem feito no sentido de permitir o trabalho em rede entre investigadores africanos, e entre estes e os cientistas sociais do resto do mundo. Desde o início que o Conselho colocou o acento tónico na promoção da rede de conectividade intra-africana e na concepção de uma agenda autónoma de pesquisa avançada e de produção de conhecimentos. O CODESRIA transformou-se numa das mais importantes editoras de ciências sociais em África, produzindo dez jornais pan-africanos académicos com revisão de pares, uma média de trinta livros e vinte monografias por ano e um forte programa de publicações electrónicas geridas com base no princípio de livre acesso. O Conselho é, hoje em dia, a única editora académica africana que produz em inglês, francês, português e árabe. Para além das actividades de formação das capacidades dos jovens investigadores e consolidação das experiências dos investigadores seniores, o CODESRIA tem vindo a funcionar como um fórum continental estruturado, onde, para além dos objectivos científicos, diferentes instituições podem partilhar experiências na construção da instituição e trabalhar juntos para se reforçarem mutuamente.

O conselho tem utilizado a sua própria experiência para apoiar outras instituições a fortalecerem-se, facilitando novas iniciativas estratégicas, promovendo parcerias inter-institucionais, contribuindo para o desenvolvimento das infra-estruturas institucionais necessárias a uma vida académica consequente. Nenhuma outra rede tem sido tão bem sucedida na mobilização de milhares de

pesquisadores de todas as partes de África nas últimas três décadas e meia. Muitas das intervenções do conselho no meio intelectual africano durante os últimos anos foram impulsionadas e moldadas por uma vontade de contribuir para o reforço do sistema de ensino superior africano, particularmente das universidades e centros de investigação avançada. Este objectivo de reforçar a base institucional da produção de conhecimento no continente é uma das características centrais e singulares da Carta constitutiva do conselho, e constitui uma missão que o destaca entre todas as outras redes criadas, desde a sua formação.

Num artigo publicado pelo CODESRIA, Claude Ake analisa algumas das condições necessárias para que haja progresso das ciências sociais em África (Ake s/d), destacando o facto que “o estudo dos factores que influenciam a qualidade das ciências sociais em África é mais premente que a compilação de um inventário” (Ake s/d). Ele defende, por exemplo, que um tal estudo podia debruçar-se sobre os programas das ciências sociais nas instituições de ensino superior em África.

Conclusão

Fazer ciências sociais em África não só é possível como necessário. Esta necessidade advém do facto de à sua dimensão cognitiva se associar uma dimensão ética e política. As políticas públicas precisam de ser elucidadas pelos resultados e contribuições do ramo das ciências que mais directa e imediatamente afectam a vida da sociedade, as ciências sociais e humanas. Uma das vocações das ciências sociais em África consiste, por isso, em contribuir para o desenvolvimento das sociedades africanas, desde logo através da elaboração de conceitos e teorias que sejam consentâneas com as realidades e os processos transformativos em curso no continente, requerendo, por consequência, um engajamento epistemológico.

Contudo, as ciências sociais não podem ser reduzidas à sua função utilitarista, cabendo-lhes igualmente uma função crítica e filosófica. A assunção desta função passa por uma desconstrução epistemológica que volte a sua atenção crítica para as epistemologias desenvolvidas no Norte e que aspiram a uma universalidade inquestionável. O que está no centro da desconstrução epistemológica é justamente o questionamento de uma epistemologia que assume como universal os parâmetros culturais, identitários, linguísticos e de poder desenvolvidos no Norte. Como dizia Claude Ake, o que está em causa, no que diz respeito à dependência da África em relação ao Ocidente, é menos uma questão de poder político ou económico e mais uma questão de paradigmas, e os cientistas sociais têm um papel central a desempenhar a este respeito. “Enquanto não lutarmos para um desenvolvimento endógeno da ciência e do conhecimento, não podemos emancipar-nos” adverte-nos Ake (1986). Além disso, segundo ele não se trata de

uma questão de paroquialismo ou de nacionalismo. O problema está no facto de, apesar de os princípios da ciência serem universais, os pontos de partida, a aplicação e os problemas particulares que ela é chamada a resolver dependerem das circunstâncias históricas da sociedade em que a ciência é produzida. Tomar o labor das ciências sociais a sério significa desenvolver uma prática que tome em consideração os seus contextos locais intelectuais, políticos e existenciais, enquanto se procura uma reputação global.

Fazer ciências sociais em África implica, porém, enfrentar uma série de constrangimentos, entre os quais se destacam os infra-estruturais e institucionais. Colocar a ruptura epistemológica na agenda das ciências sociais requer, por isso, um trabalho concomitante de melhoria de qualidade das ciências sociais praticadas no continente, e das condições da sua produção. Sendo a universidade o lugar privilegiado de produção de conhecimento, qualquer tarefa ligada a esta melhoria de qualidade deve passar pela remoção das barreiras que impedem o desenvolvimento da investigação científica, entre as quais se pode destacar, para além das condições infra-estruturais, a ausência da autonomia universitária e a falta de liberdade académica.

Notas

1. Para mais detalhes sobre a situação do ensino superior em África, ver o Plano Estratégico do CODESRIA (CODESRIA s/d), e também, N'dri (2006).
2. Alguns interrogam-se, por exemplo, sobre a relação que existirá entre a UPA e o African Institute of Science and Technology (AIST), um projecto nascido a partir da diáspora africana com o objectivo de criar uma instituição de elite com campus em toda a África. O primeiro deste campus foi aberto em Abuja, na Nigéria, e começou a funcionar em 2008. Outros defendem que a ideia de criar mais instituições pan-africanas, embora pareça boa, pode resultar em mais “elefantes brancos”, sendo talvez preferível que os chefes de Estado renovem a sua confiança e financiem pelo menos uma grande universidade nos seus respectivos países, enquanto centros de excelência que, por sua vez, seriam chamados a estabelecer uma rede de centros produtores de conhecimento (<http://www.scdev.net/en/suhharan-africa/opinions/africa-analysis-does-africa-need...>).

Referências

- Ake, C., s/d, “Sciences sociales et développement”, Publication occasionnelle, CODESRIA, Dakar.
- Ake, C., 1986, Editorial: *raison d'être*, in *African journal of Political Economy* 1 (1): I-IV.
- Bachelard, G., 2006, *A epistemologia*, Edições 70: Lisboa.
- Bates, R., Mudimbe, V., e O'Barr, J., 1993, *Africa and the Disciplines*, Chicago: University of Chicago Press.

- CODESRIA, s/d, “Consolidação e Renovação na Pesquisa Social em África”, Plano Estratégico para o Período 2007-2011, in www.codesria.org/IMG/pdf/strategic_plan2007_2011_port.pdf.
- Diagne, M., 1992, “Contribution à une critique du principe des paradigmes dominants”, in Joseph Ki-Zerbo, dir, *La natte des autres. Pour un développement endogène en Afrique*, Paris: Karthala/CODESRIA.
- Habermas, J., 2006, *Técnica e Ciência como Ideologia*, Lisboa: Edições 70.
- Hugon, P., 2006, *Géopolitique de l'Afrique*, Paris: Éditions Armand Colin.
- Mamdani, M., 2007, *Scholars in the Marketplace. The Dilemmas of Neo-Liberal Reform at Makerere University, 1989-2005*, Dakar: CODESRIA.
- Marks, S., 2000, “The Role of the Social Sciences in Higher Education in South Africa”, seminar paper presented at the Graduate School for Social Sciences with Centre for African Studies, Cape Town: University of Cape Town.
- Matshediso, K. R., 2005, “Réinterpréter et reconstruire l'Afrique: le défi de la recherche en sciences sociales”, in *Sciences sociales et l'avenir de l'Afrique*, Dakar: CODESRIA.
- Mazrui, Ali A., 1992, “Towards Diagnosing and Treating Cultural Dependency: the Case of the African University”. *International Journal of Educational Development*, Vol. 12, N° 2.
- Mbaye, S., 2009, “África au secours du développement?”, *Pambazuka News*, N° 110, 24 de Julho de 2009, in www.pambazuka.org/fr/category/features/57965.
- Mohammedbhai, G.T., 1996, “Le rôle naissant des universités africaines dans le développement des sciences et de la technologie”, Maurícia: Association des Universités Africaines.
- Muchie, M., 2010, “African networks needed to improve higher education”, *SciDev Net*, 17 de Março de 2010, in www.scidev.net/en/sub-southern-africa/opinions/african-networks-needed-to-improve-higher-education.html.
- N'dri, Assié-Lumumba, 2006, *Higher Education in Africa. Crises, Reforms and Transformation*, Dakar: CODESRIA.
- Prewitt, K., 1984, “Social Science and the Third World: Constraints on the United States”, in John Trent e Paul Lamy, eds, *Global Crisis and the Social Sciences: North American Perspectives*, Toronto: University of Ottawa Press/UNESCO.
- Santos, B. de Sousa & Meneses, P., 2009, *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Almedina/CES.
- Sutton, X. F., 1982, “Rationality, Development, and Scholarship”, *Items*, Vol. 36, no. 4, Dezembro de 1982, pp. 49-57.
- UNESCO, 2000, “World Report: Building Knowledge Societies”, Paris: Unesco. Shivji, I., 2005, “Whiter University?” *CODESRIA Bulletin*, Nos 1&2, 2005, pp.3-4.